

O PENSAMENTO EDUCACIONAL CATÓLICO RESTAURADOR – UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Restorative catholic educational thought – an analysis of pontifical documents in the First Republic

Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira*

RESUMO

Este texto tem o propósito de apresentar algumas reflexões a respeito do pensamento católico veiculado durante a primeira república no Brasil e, nesse sentido, tem como objeto de análise, as cartas encíclicas escritas e publicadas pelos papas Pio X, Bento XV e Pio XI (1903- 1921). Objetivou-se, portanto, entender o teor do movimento restaurador da Igreja que fundamentou a vinda das congregações européias, especificamente aquelas que se dedicaram à educação no Brasil. A análise das cartas encíclicas, entrecruzada à história das ideias religiosas no Brasil, permite afirmar que a Igreja ensinou formar o homem republicano e católico, combater o laicismo e manter a sociedade elitista íntegra. Desse modo, ocupou a posição de vanguarda da mesma, em detrimento de outra visão que buscasse outras possibilidades para uma sociedade menos desigual e injusta.

Palavras-chave: História da educação. História das ideias religiosas. Ensino confessional.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some reflections concerning the catholic thought conveyed during the first republic in Brazil, and thus it has as object the encyclical letters written and published by Popes Pius X, Benedict XV and Pius XI (1903-1921). Therefore, the purpose was to understand the viewpoint of the restorative movement of the Church which supported the advent of the European congregations, especially those which devoted themselves to education in Brazil. The analysis of the encyclical letters, mingled with the history of religious ideas in the country, allows us to state that the Church tried to form the catholic and republican man, to fight laicism and keep straight the elitist society. This way, it occupied there an avant-garde position, instead of another vision, which searched for a less unfair and unjust society.

Keywords: History of education. History of religious ideas. Confessional teaching.

Introdução

Restaurar tudo em Cristo, de tal modo que esteja tudo e todos em Cristo.
(PIO X, 1903)

Considerando o período delimitado para este estudo, a primeira república, é imprescindível lançar um olhar mais atento às discussões que ocupavam o âmbito da

* Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal de Goiás, Campus de Jataí. E-mail: lhmmo@bol.com.br

hierarquia católica no período, pois, segundo Azzi (1994), houve um esforço muito grande em recriar o Estado Cristão a partir do movimento de restauração, marcado pelo ideal de neocristandade. Para efetivação do mesmo, a Igreja contou com a participação do poder eclesiástico e do poder político, simultaneamente. Desse modo, percebeu-se um sutil reencontro entre ambos, à medida da necessidade, como a abertura de escolas, a permissão do ensino religioso em alguns estados, a presença da hierarquia eclesial em reuniões de natureza política. Estabeleceu-se uma política constante de reaproximação entre Igreja-Estado, sobretudo, de fortalecimento das ideias combatentes a qualquer movimento de natureza revolucionária, como o fascismo, o anarquismo, o socialismo e outros. Essa reaproximação, dada por meio da instalação de escolas confessionais, é evidenciada nos quadros apresentados, ao longo deste texto, sobre a ampliação e a expansão das várias congregações e, em particular, sobre as instituições da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana¹.

1. As encíclicas e o projeto restaurador

Para o entendimento do processo de expansão das congregações acresce lembrar que, ao longo das primeiras décadas do século XX, a Igreja ocupou-se em combater o moderno e revolucionário e implementou, mais especificamente na década de vinte, a restauração católica, no sentido de reafirmar a Igreja no contexto da sociedade brasileira, com embasamento nas orientações do Papa Pio X, em sua primeira carta encíclica *E Supremi Apostolatu*², *restaurar tudo em Cristo!*:

Porém para que tudo isso se obtenha conforme o desejo, é necessário que com todo meio e fadiga nós façamos desaparecer a enorme e detestável maldade, própria do nosso tempo, que faz a substituição do homem a Deus; depois disso não de ser remetidas a antiga honra as leis santíssimas e os conselhos do evangelho: afirmar as verdades ensinadas pela Igreja e a sua doutrina a respeito da santidade do matrimônio, a educação e o ensinamento da juventude, a posse e o uso dos bens, os deveres para com os que dirigem o Estado; por último, restituir o equilíbrio entre as diversas classes da sociedade em conformidade com os costumes e usos cristãos. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.17)

E, nessa perspectiva, é interessante entrecruzar a concepção de que

É necessário precisar bem o significado do termo “restauração”. Quando se usa esse termo com referência a um quadro ou edifício, afloram logo duas conotações distintas: trata-se, em primeiro lugar, de dar ao objeto um aspecto novo, uma nova apresentação em vista do desgaste do tempo; em segundo lugar, essa nova face do objeto deve ser modelada pelo seu aspecto primitivo. Não se trata, portanto, de criar nada de novo nem de introduzir modificações na obra que se tem em mãos,

¹ A congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana foi objeto de estudo e aprofundamento da tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Campinas – UNICAMP em 2009. OLIVEIRA, 2009.

² Encíclica escrita por Pio X e publicada em 04 de outubro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

mas simplesmente de reconstituí-la nos mesmos moldes de sua prístina imagem. Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo. (AZZI, 1994, p.21-22)

Etimologicamente, restaurar, do latim *restauro*, significa restituir, restabelecer (HOUAISS, 2001). Infere-se, portanto, que o movimento da Restauração Católica buscou restabelecer o modelo antigo de Igreja, o poder espiritual em consonância com o poder político, motivados a manter sadio o organismo social dentro de uma determinada ordem. É o restabelecimento da cristandade. Portanto, objetivando entender a ação reformadora, nesse momento restauradora, pretende-se exarar também algumas cartas encíclicas escritas por Pio X, no período de 1903 a 1912. Elas tiveram, como propósito, confirmar o que os pontificados predecessores haviam anunciado com o mesmo objetivo – restaurar os princípios que se encontravam ameaçados pelas ideias modernas.

Em seguida, foi escrita e publicada a *Fin Dalla Prima*³, na qual se expuseram 19 proposições doutrinárias, das quais oito foram de caráter disciplinar e objetivaram retomar o projeto sobre a ação popular cristã, idealizado e defendido por Leão XIII, nos vinte e quatro anos de pontificado. É como se todas as orientações leoninas tivessem sido compendiadas por Pio X, lembrando que o principal objetivo de cada uma constituía a base para ação popular cristã efetivamente.

Desse modo, o primeiro princípio a ser tratado seria a ação, o respeito, a aceitação das desigualdades sociais como um processo natural em consonância com a ordenação de Deus. Juntos, príncipes e súditos, patrões e proletários, ricos e pobres, todos na terra buscariam o bem-estar material e moral. A propriedade privada como fruto do trabalho da indústria, ou cessões e doações, constituía-se direito natural indubitável. Quanto aos deveres e aos direitos de patrões e empregados, esses deveriam pautar-se a partir das leis da Igreja; quanto ao proletário, “obrigações de justiça são estas: prestar inteira e fielmente à obra que livremente e segundo a equidade foi pactuada; não danificar as coisas e nem ofender as pessoas dos patrões; na defesa dos próprios direitos abster-se de atos violentos, nem transformá-la em sublevalações” (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.27) e aos capitalistas,

Dar a justa remuneração aos operários; não prejudicar suas justas economias, nem com violências, nem com fraudes, sem com usuras manifestas ou disfarçadas; dar-lhes liberdade para cumprir os deveres religiosos; não expô-los a seduções corruptoras e a perigos de escândalos; não aliená-los do espírito de família e do amor ao economizar; não impor-lhes trabalhos desproporcionados às suas forças, ou não compatíveis com sua idade e sexo. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.28)

Ainda, aos ricos e aos proprietários cabia o dever de fazer caridade; e os pobres, na condição de indigentes, deviam aceitar, em todos os sentidos, as ações implementadas por aquela classe social. As congregações religiosas corroboravam essas propostas, por meio de seus institutos, escolas, colégios, asilos, hospitais, dentre outros.

³ Essa carta encíclica foi publicada em 18 de dezembro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

Dois foram os pontos chave para o papado de Pio X: a) a restauração do clero por meio dos estudos teológicos, de caráter inicial ou não; b) a ênfase do trabalho catequético, retomado como primordial para a reforma da vida religiosa, em função da decadência religiosa em que o mundo se encontrava. Importante também exarar mais três significativas cartas encíclicas, que insistiam em enfatizar os principais erros do reformismo, ou modernismo, ideias amplamente disseminadas na sociedade no limiar do século XX. Outra encíclica, a *Lamentabili*⁴, como o próprio título sugere, era um decreto da Sagrada Inquisição Romana e Universal, em que se tratava de sessenta e cinco erros profundamente condenados que envolviam toda a humanidade. Nesse contexto, ressaltou-se o pernicioso questionamento da ciência sobre a razão de todas as coisas, a exegese científica sobre a Sagrada Escritura. Ainda, condenou-se enfaticamente a afirmação de que o catolicismo não poderia harmonizar-se com a verdadeira ciência, a não ser que se transformasse num cristianismo sem dogmas, isto é, num protestantismo largo e liberal (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.126).

Em seguida ressalta-se a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*⁵ que referiu-se, também, aos modernistas – frutos da curiosidade e da soberba –, caracterizados por vários papéis a uma só vez: filósofo, crente, teólogo, historiador, crítico, apologista e reformador (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.110). Como filósofo, sua doutrina era o agnosticismo; como crente, sua doutrina era a experiência, como teólogo, usava a imanência e o simbolismo; como historiador e crítico, trabalhava com agnosticismo, professava uma crítica agnóstica, imanentista e evolucionista; já os apologistas afirmavam que a verdadeira história devia basear-se na realidade, nos métodos e nos preceitos modernos; o reformador conclamava a inovação da filosofia nos seminários, fundamentada na filosofia moderna e na história.

E ainda, a encíclica *Sacrorum Antistitum*⁶, estabeleceu algumas providências para combater o perigo do modernismo, considerando as orientações da encíclica anterior, na qual os bispos teriam como função restaurar todos os princípios, em especial os referentes aos seminários, às universidades e a outras instituições católicas. Nas encíclicas analisadas, percebeu-se a retomada da Escolástica como base fundamental para formação do clero; evidenciou-se, também, a proibição da literatura modernista, de jornais e de periódicos nos colégios, nas universidades e nos seminários. Segundo Manoel (2008, p.45),

A Igreja estabeleceu um tribunal do conhecimento, um tribunal epistemológico, que somente referendava aquele conhecimento que tivesse Deus como início e fim e se subordinasse aos dogmas teológicos, e condenava outras descobertas e elaborações da inteligência humana.

⁴ A carta encíclica *Lamentabili* foi escrita por Pio X e publicada em 04 de julho de 1907 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

⁵ Essa carta encíclica foi publicada em 08 de setembro de 1907 (Ibidem).

⁶ Essa carta encíclica foi publicada pelo Papa Bento XV em 01 de setembro de 1910 (Ibidem).

Esse contexto, portanto, significava a retomada do paradigma medievo como projeto do magistério católico, “ancorado em pressupostos morais inalteráveis, não sujeitos à corrupção de modismos e interpretações passageiras” (MANOEL, 2008, p. 45). Pode-se, então, afirmar que a Igreja pretendeu restaurar e formar uma nova cristandade, recuperando o paradigma medievo do qual os homens foram se afastando, ludibriados pelo novo. Retomando o pensamento agostiniano, “a ideia era a construção da Cidade de Deus, a nova arca de salvação do mundo. Essa salvaria e arrancaria os homens do caminho do mal, do pecado, pois eles se encontravam iludidos com a modernidade” (AZZI, 2008, p.182).

2. As cartas encíclicas – relação com as congregações femininas

No período de 1914 a 1921, ressalta-se o elenco de documentos publicados pelo Papa Bento XV, cujo teor era a propagação da fé católica por todo o mundo, tendo em vista as tensões do primeiro grande conflito mundial. A carta encíclica *Maximum Illud*⁷, além do objetivo acima elucidado, aludia também à participação das mulheres na fundação de escolas, de orfanatos, de casa de recuperação e de hospitais, como instrumentos eficazes para propagação da fé. Além disso, propunha o redimensionamento dos seminários, estruturando-os para formação do clero missionário, específico para cada missão. Esse direcionamento coadunou com a obra scalabriniana feminina, que a partir dos anos 20, se estendeu por todo o país.

Grassa, nesse momento, sob as lideranças eclesiais brasileiras o desejo de obter a supremacia espiritual sobre o povo, a consolidação de uma nação eminentemente católica e orientada sob os princípios da Santa Sé. Para atingir esse objetivo, tais lideranças contaram com inúmeras escolas, colégios, seminários e noviciados, tanto femininos quanto masculinos. Nesse mesmo sentido, importantes considerações sobre a questão educacional fizeram-se presentes na carta pastoral de 1922⁸: “Não basta, porém, evitar a irreligião, cuja manutenção nas escolas, é exigida pelo programa anarquista; para a ordem e felicidade do país é necessário formar cidadãos moralizados, o que não se pode conseguir sem o ensino da religião”. Nesse documento, são evidentes as preocupações sobre a laicização do ensino e o empenho em recuperar os pressupostos religiosos do currículo. Destarte, “para salvaguarda e incremento da fé e dos bons costumes, é indispensável que me respire a plena atmosfera religiosa em todos os estádios da formação intelectual, desde as escolas primárias até os cursos superiores de ensino” (1922, p.67). Confirmando essa concepção, Manoel (2008), observa que “o cidadão-católico deve ser, acima de tudo, um homem cujas atitudes se pautem por um princípio moral derivado, da Moral única e verdadeira, revelada por Deus à Igreja e por ela ensinada à humanidade”. Essa carta (1922, p.67) versa, ainda, sobre a concepção de escola, como um:

⁷ Carta encíclica publicada em 30 de novembro de 1919 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

⁸ A carta pastoral de 1922, dirigida aos Srs Arcebispo Primaz, arcebispos, Bispos e Ordinários do Brasil, publicada no Rio de Janeiro, no dia 04 de junho, na ocasião da festa de Pentecostes por Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro.

prolongamento do lar e por isto, uma das preocupações dos pais que zelam as almas de seus filhos é a escolha de escola e mestres, a quem possam, com a consciência tranqüila confiar esses entes queridos, herdeiros de seus nomes e de suas virtudes, portanto, não há educação sem moral, nem moral sem religião.

As orientações supracitadas evidenciam o pensamento que colaborou para o aumento de escolas confessionais no período e nesse sentido, apresentam-se no **Quadro 1** as principais Congregações que atuaram na área educacional no Brasil, com maior ênfase nos estados, de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entende-se que a ampliação e a expansão dessas instituições em outros estados brasileiros confirmam a contribuição das escolas e colégios para efetivação do movimento de restaurar tudo em Cristo.

Quadro 1 - Colégios/Escolas/Institutos - Congregações Femininas (1921-1940)

Ano	Instituição	Congregação	Localidade
1921	Cônegas de Santo Agostinho	Escola St ^a Mônica	São Paulo-SP
1923	Beneditas/Twtzing	Colégio St ^o	Rio Janeiro-RJ
1924	Cônegas de Santo Agostinho	Colégio Stela Maris	Santos-SP
1925	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Externato São José	São José dos Campos-SP
1926	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola Dom Feliciano	Gravatá-RS
1926	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	Campo Grande-MS
1926	Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas	Colégio Santa Teresinha	Pari-SP
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	St ^a Rita do Araguaia-MA
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Auxiliadora	Petrolina-PE
1927	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Externato Pe. Luiz Cafara	São Bernardo dos Campos-SP
1927	Irmãs Marcelinas	Colégio Pré-escolar	São Paulo-SP
1927	Irmã Marcelinas	Colégio Pré-escolar/Médio	Muriáé-MG
1928	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Colégio N.S.Glória	Porto Alegre-RS
1928	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Rio Sul- SC
1929	Irmãs Marcelinas	Faculdade Santa Marcelina	São Paulo-SP
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola Madre Imilda	Caxias do Sul-RS
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola N. S.Auxiliadora	Rio Pardo-RS
1929	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Escola N. S. do Carmo	Realengo-RJ
1930	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Colégio N.S.Auxiliadora	Manaus-MT
1938	Irmãs Marcelinas	Aspirantato St ^a Marcelina	Iamoré-SC
1938	Irmãs Marcelinas	Colégio Pré-escolar	Piraí do Sul -PR
1939	Irmãs Marcelinas	Colégio pré-escolar/Fund/Méd/Obras	Rio de Janeiro-RJ
S/data	Filhas de M ^a Aux. Salesianas	Colégio N.S.Auxiliadora	Caxipó da Ponte-MT
1939	Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana	Colégio Santa Teresa	Ituiutaba-MG

Fonte: MOURA (2000).

Percebe-se a participação efetiva das irmãs, de diferentes congregações religiosas, por meio do número de instituições educacionais criadas no período, evidenciando, nesta pesquisa, a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabriniana como parte integrante do movimento de restauração. Para isso, vale ressaltar que suas instituições educacionais e pastorais foram instaladas em cidades do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves, Farroupilha, Guaporé e Nova Bréscia e em São Paulo, no bairro Pari e cidades arredores, como Jundiaí, Parahitinga, Itatiba e outros. A Congregação não descuidou da pastoral vocacional em Aparecida, São Paulo, e do Centro Vocacional São Carlos, reduto de preparação para doutrinação católica em suas instituições. Verificou-se nos opúsculos da autoria de Scalabrini – autoridade eclesial fundamentalmente ligada aos objetivos do Concílio de Trento e do projeto romanizador – os princípios fundantes da prática scalabriniana no Brasil e em outros países.

3. As encíclicas e as ações restauradoras

Dando continuidade ao estudo sobre as encíclicas publicadas pela Igreja Católica, retoma-se *E supremi apostolatus*⁹, cujo principal teor foi a restauração, e na qual ressaltou-se a vocação, como o lado delicado do processo:

Sendo assim, veneráveis irmãos, grande solicitude exige-se de vós na formação do clero à santidade! Qualquer outro empenho deve ceder a esse. Daí que a parte principal de vossas diligências deva estar dirigida a ordenar e governar os vossos seminários como e conveniente, de modo aí florescer a integralidade do ensinamento e a santidade dos costumes. Considerai os seminários como a delícia de vosso coração; e, em benefício disso, nada omiti do que o Concílio tridentino determinou com suma providência. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.18)

Essa carta reafirmou, ainda, a necessidade de, mesmo depois de preparado para integrar-se nas atividades rotineiras, resguardar o clero, principalmente, das falsas ideias apresentadas pela falsa ciência e pelo racionalismo.

Retomando o debate ideológico travado nesse período, no Brasil, assinala-se a importância do Centro Dom Vital¹⁰, coordenado por Jackson de Figueiredo, objetivando coadunar os principais intelectuais do grupo restaurador da Igreja católica no Brasil. O Centro Dom Vital foi um dos organismos utilizados para recatolicizar os católicos, a partir das orientações de Pio X e Pio XI. A meta a ser alcançada pelo poder eclesial era que lhe fosse restituída a situação de privilégios que ocupava desde a colonização. Segundo Azzi (1994, p.29-30):

Os bispos tinham em vista, de modo particular, a visibilidade da presença católica no país. Segundo eles, era urgente que as leis brasileiras evidenciassem o caráter católico do país e que os governantes da nação fossem profundos respeitadores dos

⁹ A carta encíclica *E supremi apostolatus* foi a primeira encíclica publicada por Pio 04 de outubro de 1903 (IGREJA CATÓLICA, 2002).

¹⁰ O Centro Dom Vital foi criado em 1922 por Jacson de Figueiredo apoiado por Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Esse órgão esteve voltado para o estudo e difusão do catolicismo (CPDOC, 2008).

princípios cristãos, quando não-católicos praticantes. Nas manifestações de cunho público, deviam estar sempre presentes algumas notas distintivas da fé católica.

Entende-se que os bispos pressupunham que, a partir do momento que houvesse o reconhecimento da necessidade de colaboração entre os dois poderes, a Igreja poderia reaver o seu antigo poder. E, diante da carência doutrinal católica em que se encontrava o país, fazia-se necessário disseminar o dogma, as orientações básicas quanto à família, à moral, ao casamento. Desse modo, as orientações advindas da carta encíclica *Sapientae Christianae*¹¹ revelaram o pensamento de Leão XIII, de 1890, e expuseram os principais deveres do cidadão cristão como imprescindíveis. Nela (2005, p.383) afirmava-se a necessidade de restaurar os princípios da sabedoria cristã e conformar, com os mesmos, a vida, os costumes e as instituições dos povos.

Portanto, o melhor e principal remédio para os pestilentos males daquela sociedade seria restabelecer os princípios e práticas do cristianismo. Para tal, um dos primeiros princípios a ser restaurado seria “o amor à coisa pública e à autoridade que a governa”; (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 388) concomitantemente, venerar a Igreja Mãe, relação há muito desgastada, pois os chefes políticos não reconhecem o seu poder sagrado. Nesse sentido, as leis do Estado, contrárias aos deveres religiosos, à autoridade pontifícia, deviam ser resistidas, pois, “pecar contra a religião é fazer mal ao próprio Estado” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 388). A ideia de Estado como algo sagrado, criado e originado pela Providência, “deve manter-se vivo, perene e presente ao longo da história da humanidade e do Brasil, país religioso desde seu achamento, deverá ser um só rebanho e ter um só pastor – a sagração do governante” (CHAUÍ, 2000, p.83).

Acresce, diante desse quadro, a obrigação universal de todo cristão professar e propagar o Evangelho, dando corpo e materialidade à unidade da Igreja militante, a partir das orientações romanizadoras. No caso do Brasil, o movimento restaurador contou com o apoio da imprensa, de publicações em geral, veiculadas para a classe média, camada social que consubstanciava os mesmos ideais religiosos e de onde emergiam ações e associações como movimento leigo. Nessa perspectiva, imbuído dos mesmos ideais, Jackson de Figueiredo¹² fundou e dirigiu a revista *Ordem*, congregando intelectuais católicos dispostos a mobilizar e combater os ideários adversos à Igreja. Essa publicação configurou-se como órgão difusor das idéias do Centro Dom Vital, que também comungou desse objetivo, propondo colaborar com a recatolização da intelectualidade católica. O Centro Dom Vital, idealizado e incentivado por Dom Sebastião Leme, foi dirigido por Jackson de Figueiredo e, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima¹³.

¹¹ A carta encíclica *Sapientae Christianae* foi escrita por Leão XIII e publicada em 10 de janeiro de 1890 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

¹² Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil (CPDOC, 2008).

¹³ Alceu Amoroso Lima, literalmente conhecido como Tristão de Ataíde (1893-1983), foi jornalista, crítico literário, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e o mais importante intelectual católico do século XX; substituiu Jackson de Figueiredo à frente do Centro Dom Vital e da Revista *Ordem* (1928). Principal colaborador de

A revista *Ordem*, tida como um instrumento da Igreja, deveria divulgar amplamente a doutrina social da Igreja, conforme as orientações de Pio XI, quando atribuiu à Imprensa Católica a função de restaurar os princípios religiosos. Além do Centro Dom Vital, a revista *Ordem* constituiu-se uma das ações estabelecidas pela Igreja brasileira no contexto republicano, “como parte integrante do movimento de arregimentação católica, delimitada como uma das orientações nacionalistas” (NAGLE, 2001, p.178), tendo como ideário lutar pela autonomia do brasileiro em sua própria terra, como forma de combate ao estrangeirismo.

Prescindida de sua participação na ordem social e diante de tamanha ignorância religiosa em que se encontrava o povo brasileiro, a Igreja mobilizou seus fiéis e Dom Sebastião Leme publicou a carta pastoral, materializando essa intenção. Conclamou a propagação da fé, da instrução religiosa e do desenvolvimento da ação social católica para restauração da ordem social, em consonância com a carta encíclica *Quadragesimo Anno*¹⁴. Sobre a ação católica, entende-se que,

uma vez cristianizada a sociedade, de alto a baixo, de príncipes a súditos, de governantes a governados, de proprietários a operários, de sábios a ignorantes, de modo automático a Igreja retomaria o lugar central da humanidade, e a voz do papa seria novamente o comando firme a dirigir a barca da humanidade para o porto seguro da salvação. (MANOEL, 1999, p.209)

Com esse pressuposto, a Ação Católica no Brasil objetivava *cuidar de todos*, em todos os momentos, em todas as situações e condições, sem exceção. Abarcar a todos, evidentemente, na vida religiosa, ensinando os ritos necessários para inserção na mesma, como o catecismo, a primeira comunhão, a cruzada eucarística, os grupos de jovens¹⁵ e outros mais que garantissem uma vida em sintonia com Deus. Nessa perspectiva, Nagle (2001, p.83) conclui: “agora aparece a grande contribuição para sacudir o ‘catolicismo dorminhoco’, começa então, a arrancada para a arregimentação dos católicos brasileiros”.

A encíclica *Quadragesimo Anno* apresenta também as preocupações da Igreja em relação às questões sociais que emergiram no final do século XIX, caracterizando-se como uma *sociologia católica*, exortando os operários cristãos a filiarem-se às associações operárias católicas, estratégia combativa às associações comunistas e socialistas que se alastravam pelo mundo do trabalho, sobretudo, o afastamento dos operários da Igreja. Leão XIII havia feito referência a essa situação e expressou todo seu projeto de resgate dos operários, na encíclica *Rerum Novarum*, cujo teor apregoava a harmonia entre o capital e o trabalho (AZZI, 2008).

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal-arcebispo do rio de Janeiro, RJ (1930-1942). Foi secretário-geral das LEC (1933); primeiro presidente da Ação Católica Brasileira (1935); membro da delegação oficial do governo brasileiro para abertura do Concílio Vaticano II (11/10/1962); tenaz defensor das liberdades civis e do Estado de direito durante o regime Militar (1964-1985) (AZZI, 2008).

¹⁴ Publicada pelo Papa Pio XI em maio de 1931 (IGREJA CATÓLICA, 2004).

¹⁵ Os grupos denominavam-se Juventude Agrícola Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC e Juventude Universitária Católica - JUC (AZZI, 2008).

Nessa discussão, foi proeminente a criação de muitos *Círculos Operários* junto ao proletariado brasileiro. Nos anos trinta, configurou-se a criação do Círculo Operário de Pelotas (1932), Círculo Operário de Porto Alegre (1934) e a Federação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1935), integrada por 15 círculos, cujo foco das atividades voltava-se às obras assistenciais, educativas, cooperativas e sindicatos católicos, que buscavam, junto ao governo, uma legislação trabalhista mais adequada às necessidades dos operários (AZZI, 2008, p.110). Baseavam-se nos princípios cristãos – respeito à Deus, à pátria e à família; eram contrários ao ideário comunista e defendiam a união trabalho e capital. Ideologicamente, os operários, considerados incapazes de pensar por si só, eram tutelados pelos assistentes eclesiásticos, orientados e encaminhados de acordo com suas necessidades. Ainda, o Círculo Operário de Vila Prudente, criado em 1939, na Paróquia Santo Emídio, recebia como associados ex-internos do Orfanato Cristóvão Colombo, operários atuantes, possivelmente pela condição geográfica e pelos ensinamentos cristãos recebidos no Instituto.¹⁶

Esses cuidados, orientações e encaminhamentos não fugiam às diretrizes maiores da Igreja, pelo contrário, somavam-se a uma série de outras medidas e estratégias de ação católica em prol da recuperação dos operários. Portanto, nesse período, outras organizações foram importantes para cumprir os objetivos propostos para a restauração católica no Brasil, como o Centro Operário Metropolitano (1907), que congregava imigrantes italianos; a Confederação Católica do Trabalho (1919), que atuou em Belo Horizonte, fortaleceu e orientou o proletariado mineiro de forma bastante significativa; a Ação Universitária (1929), no Rio de Janeiro; a Ação Patrianovista Brasileira (1928), a Legião de Outubro (1930), a Legião Cearense do Trabalho (1931), a Legião Maranhense do Trabalho (1936); a Ação Integralista Brasileira (1932) e a Liga Eleitoral Católica (1932), dentre outros. Sobre esses movimentos, entende-se que todos ensinavam recatolicizar o homem trabalhador e, em troca, a Igreja oferecia respaldo, orientação, sobretudo, no que se refere às questões trabalhistas e sociais.

Ainda com os mesmos objetivos, porém um pouco mais agressiva, a Igreja, na ocasião da revisão constitucional (1924-1926), propôs algumas emendas que causaram grandes discussões na assembleia, pois ensinavam o reconhecimento legal da Igreja católica como religião da maioria do povo brasileiro e pleiteavam a não exclusão do ensino religioso como disciplina facultativa no ensino brasileiro. As propostas foram recusadas; porém as ações em função dessa causa persistiram. Com a morte de Figueiredo, o Centro Dom Vital e a Revista Ordem ganharam, no final dos anos 20, o perfil de Alceu Amoroso Lima. Contudo, o cômputo das ações perfiladas pela Igreja na Primeira República deixou entrever a luta incessante contra o agnosticismo e o laicismo recorrentes ao modelo político instaurado. Foi, nesse mesmo sentido, em consonância com as orientações pontifícias, que as ações implementadas pelo Centro Dom Vital e pela Revista Ordem objetivaram manter a ordem social, reafirmar o Estado cristão e refutar o estado laico. Consideraram o valor da legítima autoridade como um direito Providencial e, desse

¹⁶ O Círculo Operário de Vila Prudente foi inspirado por Padre Damião Kleverkamp, holandês, membro da Congregação dos Sagrados Corações.

modo, “o princípio de que resistir à autoridade é resistir à Deus, e o de que todo poder vem de Deus, tornaram-se as bases da argumentação católica” (NAGLE, 2001, p. 91).

Em última análise, é possível depreender que o conjunto de ações que impulsionou o movimento de restauração católica no Brasil foi extremamente significativo, sobretudo, o trabalho com os jovens, a instalação de colégios, de escolas, de seminários, de noviciados e outros, imprimindo, assim, o matiz da europeização – a cultura, a gastronomia, o ensino.

Considera-se contraditório esse quadro, visto que muitas Congregações religiosas vindas para o Brasil, a partir de meados do século XIX, tornaram-se instituições particulares e enfatizaram suas atividades no âmbito educacional e não no missionário. Essa foi a forma encontrada para superar a precariedade de recursos financeiros na continuidade de suas obras. À medida que os colégios e escolas confessionais passaram a atender a classe média e alta da sociedade, procuraram investir, atualizar e modernizar suas instituições para competir no mercado educacional, no âmbito das escolas particulares, leigas, protestantes e, posteriormente, no próprio ensino público.

Tecendo considerações sobre o pensamento religioso no Brasil, no período aqui em evidência, Azzi (1994) afirma que boa parte do clero ensinava exaltar as raízes cristãs na formação da sociedade brasileira e, por isso, a religião católica deveria ocupar o espaço que lhe fora negado, sobretudo valorizar a importância do papel da Igreja na formação ética e moral do povo. A ideia de formar a nação à luz da ética cristã pressupunha que governo e povo optassem por mudanças necessárias à paz nacional em combate às lideranças liberais que assolavam o país.

Reafirma-se, nesse contexto, a presença das idéias ultramontanas, defendendo a concepção de Igreja universalista, perfeita, perene, superior a qualquer outra instituição, cuja preocupação principal seria o combate às ideias socialistas ou a qualquer outra concepção de caráter subversivo, a partir das orientações do Pontificado.

A análise da carta encíclica *Divini illius Magistri*¹⁷ ajuda a compreender porque o movimento das Congregações religiosas ganhou força no Brasil no âmbito educacional. A carta foi escrita, especificamente, para a educação da juventude, dadas as várias discussões sobre o problema escolar e pedagógico nos vários países (Igreja Católica, 2004, p.162), e as várias tendências pedagógicas estavam em evidência. Essa carta foi recomendada também a todos aqueles que tinham, por especial, a missão e o dever de ocupar-se dessa educação.

Ao referir-se às discussões educacionais, Pio XI enfatizou, principalmente, a diversidade de teorias e métodos pedagógicos que, naquele momento, circulavam nos debates educacionais em busca de uma educação eficaz, capaz de preparar o homem para a vida material e não para a vida espiritual. Esse constituía o grande problema da educação, pois, envolvida com o mundo hodierno e afastada de Deus, não cumpria sua tarefa. Na concepção de Pio XI, a essência da educação só poderia ser cristã, “Deus como o único, o caminho, a verdade e a vida” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.166). Essa essência, imprescindível para toda a sociedade humana, auxiliaria o homem a buscar a perfeição e alcançar sua excelência, asseguraria “o Sumo Bem, Deus, as almas dos educandos, e a

¹⁷ IGREJA CATÓLICA, 2004.

máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.165). Portanto, as indagações feitas por Pio XI questionavam a quem seria atribuída a responsabilidade de educar; quem seria o sujeito da educação; com que finalidade e de que forma ela se estabeleceria. Se a educação é uma obra social, pertence à família, ao Estado e à Igreja. Essa concepção parte do pressuposto de que a tríade, harmonicamente unida por Deus, seria responsável por formar a sociedade humana. A família, de ordem natural e imperfeita, procria e educa; o estado, a sociedade civil, é próprio para atingir a perfeição temporal e material; e a Igreja, sociedade universal e perfeita, reúne em si tudo o que é necessário para salvar e ordenar os homens.

Contudo, a educação pertenceria à Igreja, fato explicado por meio de concepções sobrenaturais, como a missão suprema concedida pelo divino Fundador e a maternidade sobrenatural da Igreja, esposa de Cristo, que gera, nutre e educa seus filhos. Desse modo, a Igreja deveria ser a mestre suprema da missão educativa, sendo ela segura, inviolável e independente de qualquer ingerência terrena; logo, inquestionável e confiável. Nesse sentido, todas as ações humanas estavam submetidas ao juízo e ao poder da Igreja. Indaga-se, portanto, sobre os limites dos direitos educativos da Igreja. A encíclica responde com clareza e distinção que as letras, as artes, a ciência e qualquer outra atividade cultural deveriam ser promovidas pela Igreja, como um direito inalienável a ela e qualquer ingerência dessa natureza seria considerada providencial e moral. Assim, educar, para a Igreja, significava transpor montanhas, criar, fundar e espalhar escolas, institutos e universidades, nos vários ramos do saber, ao lado de cada capela ou matriz, nas mais longínquas plagas.

Ao Estado caberia promover a educação e a instrução pública, procurando garantir que os educandos obtivessem conhecimentos necessários sobre seus deveres cívicos, aperfeiçoassem a cultura intelectual, moral e cívica, de acordo com as necessidades da época, sem desconsiderar os direitos da Igreja e da família sobre a educação. O Estado deveria prover escolas preparatórias para o exército, utilizando-se da educação física, sem exageros, e da educação cívica, sem contradições à Igreja. No âmbito da ciência, do método e da pesquisa, “de modo algum poderia haver alguma contradição, afinal fé e razão deveriam auxiliar-se mutuamente e jamais contradizer-se” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.185-186).

Seguindo a reflexão feita por Pio XI sobre a quem pertence a educação, infere-se que todas as orientações apresentadas trazem em sua essência o combate ao naturalismo pedagógico, aquele que nega a formação cristã, o pecado original e a graça. Essas orientações pretendiam, sobretudo, fazer uma educação preventiva sobre a educação sexual. Decorre desse pensamento, considerado naturalista, a tendência ao método coeducativo, “uma deplorável confusão de idéias que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.190). Portanto, a formação dos dois sexos deveria ser separada, por serem os mesmos, diversos e distintos.

Pio XI também se referiu à ambientação propícia à educação. A Igreja e a família constituíam-se o único templo para tal finalidade. A Escola, uma exigência da vida moderna e em sociedade, surgiu como instituição social complementar e, em conjunto

com os dois primeiros, deveria constituir-se o único santuário sacro para educação cristã. Rechaçava-se, portanto, o laicismo e a escola mista, pois ambos não cumpriram o princípio fundante.

Para este efeito, é indispensável que todo o ensino e toda organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância material da Igreja católica, de modo que a religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior. (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.195)

Só essa estrutura formaria o verdadeiro e perfeito homem. Desse modo, abrangeria toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual, doméstica e social. Também aperfeiçoaria o homem pensante, iluminado pela razão concedida por Deus, tornando-o autêntico e leal cidadão. Desse modo, concretizaria a premissa de que toda “a formação do homem deve respirar a fragrância da piedade cristã” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p.196).

Com efeito, nos anos trinta, um aspecto que merece consideração específica foi a criação do Colégio Pio Brasileiro¹⁸, em Roma, ideia apoiada por Pio XI e liderada por Dom Sebastião Leme (1934), no Brasil. O Colégio Pio funcionou como um desmembramento do Colégio Pio Latino Americano, que já funcionava em Roma desde 1858, cuja finalidade era formar o clero da América Latina. Em função da grande procura pelo Colégio, surgiu a ideia do desmembramento pelos jesuítas que, até então, dirigiam a instituição. Muitos seminaristas, padres, bispos e arcebispos brasileiros fizeram lá seus cursos de graduação e pós-graduação e, ao retornarem ao Brasil, ocuparam os mais altos cargos da hierarquia eclesiástica, dentre eles, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque, D. Sebastião Leme de Silveira Cintra e D. Alfredo Vicente Schere, que receberam o título de Cardeal.

À medida que o clero brasileiro se especializava em Roma, o ideário católico se fortalecia e era divulgado pelo Brasil, conforme o princípio da piedade cristã, aperfeiçoando o homem pensante iluminado pela razão advinda de Deus, aquele que cria e educa seus filhos segundo seus princípios. E à medida que a Igreja conhecia as suas necessidades, novos estímulos iam se configurando e determinando suas ações e estratégias, evidentemente, revestidas sempre, por uma nova roupagem.

A análise das encíclicas foi fundamental para este estudo, visto que nelas estavam explícitas a ideologia do mito fundador, aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (CHAUÍ, 2000). Elas continham a ideia de formação do povo em uma mentalidade católica cristã, conservadora, como criação à imagem e semelhança de Deus, protegidos e abençoados por Ele. Evidentemente, a Igreja, em cada período da história, vestiu-se de uma roupagem

¹⁸ Nos seus setenta e quatro anos de existência, já passaram pelo Colégio mais de 1800 alunos, uns ainda seminaristas, outros já sacerdotes, muitos dos quais residiram ali por duas ou mais temporadas. A grande maioria deles ocupou ou ocupa atualmente funções importantes no magistério eclesiástico, na direção e formação dos Institutos Filosóficos e Teológicos, nos Seminários ou em outros setores importantes das dioceses, espalhadas pelo Brasil a fora e também por outras regiões do Mundo. Os ex-alunos ordenados bispos já somam 122, dos quais 4 atingiram cardinalato: D. Ângelo Rossi (também foi aluno do Pio Latino) D. Serafim Fernandes de Araújo e D. Geraldo Majella Agnelo e D. Odilo Pedro Scherer (LIBERO BRASILEIRO, 2008).

para restabelecer o seu poder. Trazendo para essa discussão a educação laica ou religiosa nos currículos das escolas públicas, observa-se que, no governo Vargas (1930), a educação religiosa volta às escolas, inclusive como forma de combate aos ideários do escolanovismo. Citando Saviani (2007, p.257),

assim, conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar, deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente as escolas católicas seriam capazes de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade.

Essa postura contrária à laicidade vem à tona após a publicação do Manifesto. O pensamento de três grandes signatários do movimento renovador, no entanto, muito influenciou todo esse debate: Lourenço Filho, lançando as bases do pensamento psicológico do movimento; Fernando de Azevedo, construindo as possíveis discussões sociológicas da educação brasileira; e Anísio Teixeira, debatendo as questões a respeito das bases filosóficas e da política da renovação educacional. Nesse contexto, a reforma educacional implementada por Gustavo Capanema, “um pacto do Ministério da Educação com a Igreja”, segundo Schwartzman (2000), representa melhor a posição política em que se encontravam, visto que recebe de Alceu Amoroso Lima uma lista de medidas que deveriam ser adotadas. Dentre elas se destacaram: a seleção de princípios para a educação nacional, a publicação de uma revista nacional com base nesses princípios e a rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico, a publicação de pequenas doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética, a defesa das humanidades clássicas no currículo, a seleção de uma filosofia sã, as facilidades do ensino religioso em todo o país, a criação da faculdade católica de teologia nas Universidades, a realização de congressos católicos, entre outros.

Não poderia deixar de retomar aqui, a Constituição de 1934, em que todos os dispositivos de uma República leiga da Constituição de 1891 são reafirmados. Entretanto, iniciava-se o texto constitucional unindo Igreja e Estado, como se pode ver no trecho “pondo a nossa confiança em Deus”. Estavam reunidos para organizar uma legislação que assegurasse à Nação segurança, liberdade, justiça, unidade e bem estar sócio-econômico. Obviamente, mesmo separados, Estado-Igreja, os constituintes acabaram por reafirmar o legado religioso que o Brasil herdara. Destaca-se, nessa Constituição, o Art.72, parágrafo 7º, que sinalizava a representação diplomática do Brasil junto ao Vaticano, sem violar o princípio da não-aliança estabelecido pelo Art. 17, inciso III, do referido texto.

Essa mesma Constituição, no caput do Art. 113, dispunha sobre a inviolabilidade referente às crenças e às convicções religiosas, garantindo a todos os cidadãos o livre exercício, assegurando às associações religiosas personalidade jurídica. Além disso, se solicitada, a assistência religiosa em qualquer estabelecimento oficial, seria feita sem ônus para os cofres públicos. Referia-se, também, ao ensino religioso como disciplina facultativa nos horários das escolas públicas de ensino primário, secundário, profissionalizante e na formação de professores.

Posteriormente, o texto constitucional de 1937 manteve os mesmos princípios quanto a essa questão, somente acrescentados, no inciso VI do Art. 157, aspectos de ordem econômica e social e estabelecendo repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos, feriados civis e religiosos, atendendo, assim, às tradições religiosas locais. Conclui-se, portanto, que as leis constitucionais favoreceram uma reaproximação discreta entre o poder temporal e o espiritual, apesar da separação Estado-Igreja.

Desse modo, a Igreja conservadora e dominante, lado a lado com a elite nacional, ambas imbuídas pelo mesmo projeto, buscaram recristianizar¹⁹ o povo brasileiro. Nessa visão, os documentos traduziam a concepção de que o povo brasileiro, desprovido intelectualmente e inconsciente, deixou-se envolver por crenças populares e distanciou-se da verdadeira fé, fazendo-se premente a necessidade de moldá-lo aos princípios da religião oficial, a religião romana. Várias medidas foram tomadas pelos prelados em função da moldagem, da restauração ou do controle das ações populares que denotavam essa concepção.

Para reafirmar essa mesma discussão, é pertinente a questão da autoridade, o governo que comanda e deve ser obedecido, conforme o conceito de autoridade civil disposto pela carta encíclica *Diuturnum Illud*²⁰. Segundo a mesma, a autoridade vem de Deus, ainda que designada pelo povo:

De fato, em qualquer sociedade e comunidade humana é necessário que haja alguém a mandar, para que ela, sem o princípio ou o chefe que a dirija, não se desmantele e não seja impedida de conseguir aquele fim pelo qual se formou e constituiu. E ainda isso pode-se obter especialmente pela religião, a qual com sua força influi sobre os ânimos e dobra as próprias vontades dos homens à obediência aos superiores[...]. (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.150)

Essa mesma discussão reaparece em cartas encíclicas anteriores, como a Nobilíssima Gallorum Gens²¹, na qual Leão XIII apontou as causas da desagregação da “sociedade doméstica e civil na falsa filosofia e na liberdade ilimitada em todos os campos” (IGREJA CATÓLICA, 2005, p.194). Essa liberdade exaltada (se referindo à França principalmente) prejudicaria não somente a Igreja, mas causaria graves danos à República (Ibidem), pois qualquer Estado leigo não prosperaria, caso usufruisse dessa laicidade. Seriam os ensinamentos católicos responsáveis e sustentáculos para conservação da ordem social e a salvação da República que nascia.

Considerações Finais

Retomando o propósito inicial do texto, de que o movimento da Igreja Católica, no início do século XX, ensinava formar o homem católico, combater o laicismo e manter a sociedade elitista, pode-se concluir que a Igreja, desde o final do século XIX

¹⁹ AZZI, 1994.

²⁰ A carta encíclica *Diuturnum Illud* foi escrita por Leão XIII e publicada em 29 de junho de 1881 (IGREJA CATÓLICA, 2005).

²¹ A carta encíclica *Nobilissima Gallorum Gens* foi escrita por Leão XIII e publicada em 08 de fevereiro de 1884 (Ibidem)

e, evidentemente, no início do XX, reagiu no intuito de manter-se enquanto hierarquia eclesiástica, diante do poder civil e das diversas manifestações sociais. Essas reações, dentro de uma visão conservadora, ocupavam a posição de vanguarda, de elite, em detrimento de uma outra visão que buscasse a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos das classes menos favorecidas e, muitas vezes, serviram como instrumentos de manutenção da mesma ordem.

Referências

- AZZI, Riolando. *A Neocristandade – um projeto restaurador. História do Pensamento Católico*. v. 5. São Paulo, Paulus, 1994.
- _____. *A aculturação dos italianos e a consolidação da obra scalabriniana no Brasil (1924-1951)*. História do pensamento Católico. v. 3. São Paulo, Paulinas, 2004.
- _____. *História da igreja no Brasil: Terceira Época – 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária**. Rio de Janeiro: Fundação Persa Abramo, 2000.
- IGREJA CATÓLICA. *Papa (1903-1922: Pio X e Bento XV)* in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2002.
- _____. *Papa (1922-1939: Pio XI)* in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Papa (1878-1903: Leão XIII)* in Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 2005.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **No centenário da Rerum Novarum: a doutrina católica sobre o capitalismo**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARIANGÁ (2008). Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/>. Acesso em: 21 jul. 2008.
- _____. *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*. **Revista Acta Scientiarum : Human And Social Sciences**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARIANGÁ (2008). Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/> Acesso em: 21 jul. 2008.
- _____. **O pêndulo da história: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.
- _____. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. Maringá: Eduem, 2008.
- MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Sites Acessados

CPDOC - “Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil”
Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav>. Acesso em: 23 set. 2008

LIBERO BRASILEIRO Disponível em: <www.digilander.libero.it/brasileiro/historico.htm>. Acesso em: 11 nov. 2008

*Recebido em outubro de 2011
Aprovado em dezembro de 2011*